



HOMOFOBIA NAS ESCOLAS: um problema a ser solucionado

Thamires Gabrielly da Costa Oliveira¹; Regina Célia Pereira Marques²

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, thamiresgabi@hotmail.com¹

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, reginamarques@uern.br²

Resumo: A homofobia compromete de forma significativa a inclusão educacional e a qualidade do ensino. Incide na relação docente/estudante. Produz desinteresse pela escola, dificulta a aprendizagem e conduz à evasão e ao abandono escolar. Afeta a definição das carreiras profissionais e dificulta a inserção no mercado de trabalho. O professor tem um papel importante para evitar a homofobia nas escolas e é fundamental que atividades sejam realizadas dentro das escolas com todos os alunos, objetivando torna-los cidadãos. Procuramos identificar os possíveis fatores que fazem com que os docentes da rede pública não combatam a homofobia na Escola, investigando o papel do professor frente à homofobia na escola. A escola pesquisada foi a Escola Estadual Juscelino Kubistchek, que tem 48 professores, desse total foram entrevistados 31,25% (15) dos professores, com perguntas abertas e fechadas. Os dados apresentados identificam professores pouco preparados e em alguns casos com preconceitos inerentes o que dificulta sua atuação como formador de cidadãos. Ao estudarmos e analisarmos tais fatos, é possível entender, que a sexualidade é uma construção social, histórica nas nossas ações no cotidiano escolar. Podemos ensaiar produções de propostas curriculares, para ouvir as denúncias e anseios. Constituir espaços de estudos onde a liberdade, a criticidade, o respeito, e a valorização do ser humano, e que seus pensamentos possam ser socializados e ouvidos no cotidiano escolar. E, para tanto, é fundamental repensar o currículo que estamos utilizando e principalmente, repensar nossos professores como elemento chave para a construção de um ambiente escolar onde todos sejam respeitados como pessoa.

PALAVRAS-CHAVE: Homofobia, Educação Escolar, Valorização, Inclusão, Evasão.

INTRODUÇÃO

É bem notório que a Educação Brasileira se cala diante de temas relacionados à homossexualidade. O Projeto Escola sem Homofobia (BRASIL, 2011) notou que em todas as escolas pesquisadas foi identificado que existe sim homofobia nas escolas, só que ela está naturalizada.

Em seu trabalho para a UNESCO, Castro, Abramovay e Silva afirmam que muitas expressões de preconceitos e discriminações em torno do sexual tendem a ser naturalizadas, até prestigiadas e não entendida necessariamente como violência (UNESCO, p. 278).

Para muitos a heteronormatividade é a única relação que se pode existir, onde culturalmente a sociedade impõe a exaltação do EU dito “normal”, aquele que estabelece uma relação com o outro do sexo oposto. Ela se traduz em uma sociedade machista, onde prevalece a masculinidade, por isso que muitos não acreditam que seja uma forma de violência atos de preconceitos e/ou discriminação a homossexuais, seria sim uma forma de tentar consertar esse ser que está tornando “anormal” a sociedade.

A constituição de 1988, em seus artigos 205 e 206 diz que:



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

“a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições de acesso e permanência na escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber...” (BRASIL, 2008a).

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) afirma que:

“educar em direitos humanos é fomentar processos de educação formal e não-formal, de modo a contribuir para a construção da cidadania, o conhecimento dos direitos fundamentais, o respeito à pluralidade e à diversidade sexual, étnica, racial, cultural, de gênero e de crenças religiosas” (BRASIL, 2003).

Diante desses princípios legais, fica bem claro que a escola deve ser um espaço para todos livres de preconceitos, onde todos os alunos possam frequentar as aulas sem nenhum medo de discriminação ou preconceito.

Não se pode permitir qualquer tipo de brincadeiras, linguagem e comunicação que enfatize o preconceito em escolas. Termos como “*bicha, viado, biba, bruxo*”, entre outros tendem a aflorar sentimentos de desconforto na Escola, podendo levar esse aluno que sofre esse tipo de preconceito a evasão escolar e, em situações mais diversas até a uma situação mais grave, como é o caso de jovens gays que tiram a própria vida vitimada de atos homofóbicos.

Ainda na pesquisa realizada pela ONG Reprolatina (BRASIL, 2011), foi observado em uma escola do Cuiabá uma agressão a um aluno assumidamente homossexual. O ocorrido foi presenciado por um funcionário da escola que nada fez, agiu com naturalidade, como se nada estivesse acontecendo.

Essa escola com certeza não trabalhou temas relacionados à homofobia nem com seus alunos nem muito menos com seus funcionários. Caso essa qualificação tivesse sido feita, com certeza o ocorrido teria sido apaziguado e o agressor deveria ter sido levado à supervisão da escola para que fossem tomadas as devidas providências referentes ao caso. Mas nem podemos culpar esse funcionário, porque grande parte de docentes e discentes não sabem nem sequer o significado da homofobia.

O termo homofobia foi usado inicialmente por George Weinberg, no campo da psicologia, relacionado ao medo a homossexual ou a homossexualidade que algumas pessoas sentiam e até mesmo a auto-repugnação sentida por alguns homossexuais (PEREIRA, 2001). Os pesquisadores Hudson e Ricketts (2001) incluíram os sentimentos de “ansiedade, nojo, aversão, raiva, desconforto e medo que alguns heterossexuais sentem quando está algum homossexual por perto”.

Welzer-Lang (2001) afirma que a homofobia é “a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero”.



Certamente para muitos a homofobia não é apenas um medo como define George Weinberg, é mais um caso cultural de intolerância que se expressa por violência física e/ou psíquica.

O Grupo Gay da Bahia (GGB) em seu relatório anual de assassinatos de homossexuais no ano de 2010 contabilizou 210 casos, isso somente os casos que são notificados nos sistemas, visto que a grande maioria dos casos não é notificada como crimes causados pela homofobia (Brasil, 2011).

Rogério Diniz Junqueira (citado em Brasil, 2011) diz que a homofobia é vista hoje como um fator de restrição de direitos, como impeditivo à educação, à saúde, ao trabalho, à segurança, aos direitos humanos.

A homofobia, o medo voltado contra os (as) homossexuais, pode-se expressar ainda numa espécie de “terror em relação à perda do gênero”, ou seja, no terror de não ser mais considerado como um homem ou uma mulher “reais” ou “autênticos (as)” (LOURO, 1997, p. 29).

Existem dois tipos de homofobia, a homofobia internalizada e a homofobia institucionalizada. A internalizada é aquela em que os próprios homossexuais sentem repugnância por serem homossexuais, não serem “normais” como os outros, já a institucionalizada é a feita pelas instituições socializadoras, impondo a heteronormatividade (PERERIA, 2001).

Na escola, a homofobia é expressa por meio de agressões verbais e/ou físicas, do isolamento e da exclusão, cujas consequências podem ser a evasão escolar e o sofrimento.

O deputado federal Roberto Brito do Partido Progressista da Bahia, em audiência pública realizada no dia 22 de outubro de 2009, diz que:

As consequências da homofobia na escola incluem a evasão escolar, a desistência dos estudos, a resultante falta de qualificação para o mercado de trabalho, a discriminação na busca por emprego e a marginalização social. Em alguns casos, a perseguição na escola tem levado jovens LGBT a se suicidarem (BRASÍLIA, 2010, p. 11).

Mas por que, em pleno século 21, com tanta modernidade e globalização, ainda existe preconceito contra homossexuais em escolas? Será que os professores não estão preparados para trabalhar a homofobia com seus alunos? O que a escola faz para combater a homofobia? Os alunos estão sendo preparados para viver em uma sociedade sem preconceitos?

Santos e colaboradores (2008) afirmam que, além dos professores se silenciarem frente à homofobia dos alunos, eles são muitas vezes coniventes com a violência que aqueles sofrem, como vimos no caso citado da escola do Cuiabá, onde o funcionário da escola se silenciou ao caso.



Em algumas escolas na cidade do Natal, os professores afirmam que a violência homofóbica não é importante quantitativamente e que quando presenciam casos de discriminação e violência homofóbica eles nada fazem (REPROLATINA).

A Escola tem importante função no processo de conscientização e orientação da criança e do adolescente. Segundo o PNEDH,

“a educação em direitos humanos deve estruturar-se na diversidade cultural e ambiental, garantindo a cidadania, o acesso ao ensino, permanência e conclusão, a equidade (étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, físico-individual, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política, de nacionalidade, dentre outras) e a qualidade da educação” (BRASIL, 2011, p. 10).

A instituição de ensino, ao classificar os sujeitos pela classe social, etnia e sexo, contribui para produzir diferenças. Essas diferenças contribuem diretamente para uma sociedade mais sexista e homofóbica, desta forma, as escolas não contemplam o que é proposto na atualidade.

Alguns professores afirmam em entrevista ao Projeto Escola sem Homofobia, no relatório preliminar da cidade do Natal, que trabalhar a homofobia na intenção de combatê-la não é função da escola e sim de movimentos sociais (REPROLATINA, 2010).

Junqueira afirma que:

“Cada vez mais a homofobia é percebida como um grave problema social, e a escola são considerados um espaço decisivo para contribuir na construção de uma consciência crítica e no desenvolvimento de práticas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos”.

A escola é o reflexo da sociedade. Se a escola permite e é conivente com o preconceito e a discriminação por causa da orientação sexual do outro, isso será refletido na sociedade. E não se pode mais permitir esse tipo de intolerância. A escola tem que usar o seu papel de mudança e construir uma sociedade mais tolerante e igualitária em direitos humanos.

Procuramos através desta pesquisa identificar os possíveis fatores que fazem com que os docentes da rede pública não combatam a homofobia na Escola, investigando o papel do professor frente à homofobia na escola. A escola pesquisada foi a Escola Estadual Juscelino Kubistchek, que tem 48 professores, desse total foram entrevistados 31,25% (15) dos professores, com perguntas abertas e fechadas.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Castro, Abramovay e Silva,

“o termo homofobia refere-se ao tratamento preconceituoso e às discriminações sofridas por jovens tidos como homossexuais, sendo inúmeras as formas de desvalia das sexualidades ditas não hegemônicas, ferindo a dignidade alheia e gerando sofrimentos e revoltas”. (Borges e Meyer, 2008, p. 60)

Quando perguntados sobre o que eles entendiam por homofobia, os professores falaram em preconceito, aversão, falta de respeito, constrangimento, prazer em ver o sofrimento do outro, pelo simples fato de sua orientação sexual, ignorância, e teve um professor que disse que era uma discriminação ao homossexualismo.

É perceptível que a maioria dos professores sabe o que é a homofobia, porém existem alguns que ainda usam e acreditam no homossexualismo. Durante muito tempo a homossexualidade foi considerada uma doença, por isso o uso do sufixo “ismo”, que se refere à patologia, entretanto a partir de 1973 começou a ser utilizado o termo homossexualidade, na qual o sufixo “dade” em latim refere-se à “qualidade de”. Em 17 de maio de 1990 a Organização Nacional de Saúde - OMS retirou a homossexualidade da lista de doenças mentais.

Muitas pessoas partem do pressuposto de que a bissexualidade e a homossexualidade são desvios de caráter, uma doença ou ainda algo contagioso. Essa foi uma afirmação levadas para os entrevistados. E conforme a figura 1, ainda existe pessoas formadoras de opinião e que são responsáveis pela educação de jovens que concorda com isso. Alguns citaram em suas justificativas que desconheciam o porquê de algumas pessoas serem homossexual ou bissexual, porém acha inadmissível na época em que vivemos existir alguém que pense/concordem com a afirmação da pergunta. Alguns vêm à homossexualidade e bissexualidade como uma opção sexual e desvio de caráter, outros como uma herança genética.

Respostas dos docentes em relação à homossexualidade e bissexualidade e o desvio de caráter.

Ainda se referindo ao que seria a homofobia, eles foram indagados a dizer se a homofobia era um preconceito ou hipocrisia. 30% dos entrevistados responderam que a homofobia era um preconceito, que existe em um pequeno grupo e que os homofóbicos devem respeitar o direito de escolha do próximo. 60% acham que a homofobia é composta por pessoas fingidas e intolerantes e que dessa forma acabava sendo tanto preconceito quanto hipocrisia. Os demais nem sequer responderam, mas de acordo com as respostas em outras questões nota-se que esses 10% não concorda que a homofobia seja um preconceito, e sim uma forma de brincadeira com o outro.



Respostas dos docentes em relação à homofobia.

Esse tipo de brincadeira como alguns acham que seja, é sim uma forma de homofobia. A pessoa sofre esse tipo de violência (psicológicas) acaba internalizando, se questionando dentro de si o porquê que acontece com ele, porque que ele é diferente dos “normais”. Isso faz em curto ou longo prazo, vai depender do emocional de quem vivencia a homofobia, que esse jovem desista de ir à escola para não mais passar por esse constrangimento, e em casos mais graves a consequência da “brincadeira” pode ser mais séria.

Segundo Longaray (2010, p. 64),

A homofobia manifesta-se de diversas maneiras e em todos os espaços, desde um “simples” deboche até uma manifestação mais agressiva, ou seja, ela não se expressa somente através da violência física por parte de pessoas que não aceitam dividir o mesmo espaço com sujeitos LGBT. (LONGARAY, 2010, p.64)

No Brasil existem vários documentos legais que promovem ações pedagógicas voltadas para o combate da homofobia (Junqueira, 2007), que estão justificados e inseridos em documentos como: a Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de nº 9.394/96; Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN’s; Programa Nacional de Direitos Humanos II; Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEHDH; Programa Brasil sem Homofobia. Mesmo com essa gama de documentos que favorecem a inserção de atividades voltadas ao combate a homofobia, a escola pesquisada não realiza atividades voltadas ao tema.

Respostas dos docentes em relação ao combate da homofobia nas escolas.

Mesmo a escola não realizando nenhum tipo de atividade sobre homofobia, homossexualidade, os professores entrevistados concordam que não é inadequado falar sobre o mesmo na escola. Alguns deles justificam que se deve respeitar a faixa etária dos alunos na hora que for tratar desses assuntos. Outros concordam que a escola deve trabalhar esses temas já que é garantido nos PCN’s a sua discussão na escola como um tema transversal. E ainda existe um pequeno percentual que acha que a homossexualidade deve ser trabalhada apenas com o próprio grupo homossexual.

Será que a escola trabalhando a homossexualidade apenas com o grupo LGBT ela vai diminuir os casos de homofobia na escola? Segundo os PCN’s (MEC, 1997).

A orientação sexual na escola deve ser entendida como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus, e valores a ela associados. Tal intervenção ocorre em âmbito coletivo, diferenciando-se de um trabalho individual, de



cunho psicoterapêutico e enfocando as dimensões sociológica, psicológica e fisiológica da sexualidade. Diferencia-se também da educação realizada pela família, pois possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de determinados valores sobre outros (MEC, 1997).

Para um professor, *a escola como formadora, tem um papel fundamental na contestação contra todos os tipos de preconceitos. Para outro a escola deve fazer campanhas para orientar o alunado contra essa discriminação. Outro professor acha que a escola deve tratar do assunto (homofobia) com naturalidade, pois o importante é o corpo discente ser feliz. Outro ainda falou que a escola deve falar com clareza, mostrando os direitos que todos têm. Ainda houve professores que não souberam ou não quiseram dizer qual seria o papel da escola para diminuir a homofobia.*

Também buscamos identificar os sentimentos que os professores expressam quando vivenciam no seu cotidiano com homossexuais. O objetivo era de saber como eles reagem em situações que envolva a homossexualidade e como ele se sente em ter um aluno homossexual.

A homossexualidade é tão “normal” quanto à hetero e/ou a bissexualidade. Essa foi a resposta de 93% dos entrevistados. Os 7% restante marcaram que a homossexualidade é um desvio e deve ser curada.

No ano de 2013, o deputado federal Marcos Feliciano, quando exercia a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias e pastor evangélico, tentou aprovar na Câmara dos Deputados um projeto que ficou conhecido nacionalmente com “A Cura Gay”, esse projeto liberava os psicólogos a tratarem os homossexuais, para que dessa forma eles voltassem a ser normais, caso o homossexual procurasse o serviço. O Conselho Nacional de Psicologia se manifestou contra o projeto da “Cura Gay”, pois reconhece, assim como a OMS, que a homossexualidade não é doença e não deve ser tratada como tal, logo não pode ser curada.

E como o professor se sente em ter um aluno homossexual? 70% afirmaram não sentir nada, é igual a qualquer outro aluno na sala de aula. Os demais concordaram com a afirmação que as diferenças existem e devem ser trabalhadas na escola.

Respostas dos docentes em relação a ter um aluno homossexual.

Nota-se na resposta da grande maioria o silenciamento e a invisibilidade que existe em relação à orientação sexual de cada um. Isso só mostra o quanto a heteronormatividade existe e que só se é discutido e trabalhado aquilo que está dentro dos padrões da normalidade. Esse sentimento que percebe todos iguais vai sutilmente compondo a violência homofóbica na prática pedagógica. (FREITAS, 2003).



Já os 30% que concordaram com a afirmação que as diferenças existem e devem ser trabalhadas na escola, são pessoas que tem uma visão mais ampla sobre orientação sexual, e que sabe da importância de se trabalhar esse tema na escola.

Em 2008, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT) lançaram uma campanha com o objetivo de fazer cumprir o que foi aprovado na proposta 12 da I Conferência Nacional LGBT, que firma

Propor, estimular e garantir medidas legislativas, administrativas e organizacionais, para que em todo sistema de ensino seja assegurado a estudantes e profissionais da educação travestis e transexuais o direito de terem os seus nomes sociais, nos documentos oficiais das instituições de ensino, assim como nas carteiras estudantis, sem qualquer constrangimento para seu/sua requerente, e de usufruírem as estruturas dos espaços escolares em igualdade de condições e em conformidades com suas identidades de gênero, podendo ser integradas ao Programa de Inclusão Educacional (FREITAS, 2003).

Além disso, a I Conferência Nacional da Educação Básica, recomenda a implementação de legislações que levem em conta a diversidade sexual. Existem também vários documentos legais que autoriza o uso do nome social das travestis e transexuais, como: a Portaria MPOG Nº 233/2010; A Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde/Portaria GM 1020/2009; A Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4275 – Nome Social das Travestis; Parecer da AGU – ADI 4275; Projeto de Lei da Câmara nº 072/2007 (PL 6655/2006); Projeto de Lei 2976 2008 – Nome Social Travestis; MEC/SECAD Parecer nº 141/2009 e indicação 6497/2010. (Site da ABGLT).

Mesmo diante de tantas Portarias, Leis, Pareceres do Supremo Tribunal de Justiça, ainda existem professores que desconhecem a legalização do uso do nome social pelas travestis e transexuais. 46,7% dos professores afirmaram que não chamariam o aluno pelo nome social e sim pelo nome que estivesse na caderneta e identidade, chamando-o antecipadamente para conversar mostrando que iria chamá-lo conforme estivesse seu nome no diário de classe.

Isso mostra a intolerância à homossexualidade. Por mais que não existissem Leis, seria menos agressivo chamar uma travesti pelo nome social, uma pessoa do sexo masculino mais que se identifica como uma mulher e que usa vestido, maquiagem e salto alto, do que chamá-lo pelo nome masculino, que com certeza só iria deixa-lo constrangido e até mesmo faria com que ele não voltasse mais as aulas nos dias seguintes.

Foi feito a seguinte pergunta aos entrevistados: Alguns educadores/as usam exemplos de seu cotidiano, para ilustrar seu conteúdo, muitas vezes usam situações que aconteceram com seus maridos/esposas e filhos/as. Você acha que um professor homossexual deve fazer o mesmo? Justifique.



Apenas 30% dos professores concordaram com a afirmação. As justificativas foram bem diversas. Os entrevistados que disseram sim, justificaram, de maneira geral, que o professor homossexual tem os mesmos direitos que o professor heterossexual e que os usos das ilustrações ajudariam no combate a homofobia.

Já os que não concordaram com a afirmação, foram bem ríspidos em suas justificativas. Um deles disse o seguinte: *O professor não pode ou não deve ter atitudes que demonstre sua particularidade, não deve envolver alunos em sua vida pessoal. Sua função é passar aquilo que interessa de fato ao sistema educacional, salvo em momentos propícios ao debate.*

Segundo Erbisti (2011), conviver com o diferente traz benefícios e permite o crescimento de uma sociedade igualitária e consciente de sua diversidade. Por tanto utilizar os exemplos de vida dos homossexuais em nenhum momento vai ser agressivo e inoportuno. Se na aula necessitar o exemplo de uma família, o exemplo do professor homossexual será uma forma de conscientizar os alunos para a diversidade que existe. Se continuarmos no silêncio do que de fato acontece, em nenhum momento ficaremos livres da homofobia. Como diz Fazano, Vieira e Prado (2011) problematizarem a homossexualidade nos espaços escolares pode contribuir para gerar mudanças no comportamento dos sujeitos ali inseridos.

Diante disso, os professores foram questionados sobre os maiores entraves para o avanço da temática (homofobia) na Escola?

Respostas dos docentes em relação ao entrave do tema homofobia nas escolas.

Segundo 53,3% dos professores o principal problema no combate a homofobia na escola é a falta de conhecimento sobre a temática. Ignorância e Preconceitos foram apontados por 46,7 dos entrevistados como um dos entraves para o avanço da temática na Escola. E 7% dos entrevistados citaram que era o radicalismo e as informações distorcidas.

É evidente que o principal problema no avanço de atividades voltadas ao combate da homofobia é a falta de capacitação dos professores. Entretanto, o preconceito e a ignorância de algumas pessoas ainda impossibilitam a execução de atividades voltadas ao tema. É imprescindível que busquemos contribuir de forma atenuante na construção de pedagogias voltadas para erradicar esse grupo que é contra o direito que nos é garantido por Lei.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola pública deveria ser um lugar que pressupõe acolhimento e respeito às diversidades, não poderia privar quem quer que seja do direito à educação. A educação aqui entendida como espaço onde as identidades são sempre relacionais, que privilegia os processos dialógicos onde a homofobia passa a ser percebida como uma violência autoritária e arbitrária que exclui, oprime e em muitos casos mata.

Que o espaço dedicado à educação não negar a importância que tem para a diminuição da vulnerabilidade, oriunda da violência homofóbica, os estudos da sexualidade e do poder. Um espaço laico, lugar de vida; de expressões; de lutas; de socialização; percebida como uma das ferramentas para o fim de todas as fobias e, principalmente, espaço capaz de expandir as capacidades humanas.

Ao estudarmos e analisarmos tais fatos, é possível entender, que a sexualidade é uma construção social, histórica nas nossas ações no cotidiano escolar. Podemos ensaiar produções de propostas curriculares, para ouvir as denúncias e anseios. Constituir espaços de estudos onde a liberdade, a criticidade, o respeito, e a valorização do ser humano, e que seus pensamentos possam ser socializados e ouvidos no cotidiano escolar. E, para tanto, é fundamental repensar o currículo que estamos utilizando e principalmente, repensar nossos professores como elemento chave para a construção de um ambiente escolar onde todos sejam respeitados como pessoa.

A homofobia compromete a inclusão educacional e a qualidade do ensino. Incide na relação docente/estudante. Produz desinteresse pela escola, dificulta a aprendizagem e conduz à evasão e ao abandono escolar. Afeta a definição das carreiras profissionais e dificulta a inserção no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. *Plano nacional de educação em direitos humanos*. Brasília: MEC / MJ, 2003.

BRASIL. **Constituição do Brasil**. Brasília, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. 1996.

CASTRO, M.G.C., ABRAMOVAY, M. SILVA, L.B. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO Brasil, 2004.



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

FAZANO, L. C. RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. PRADO, Vagner Matias do. **Homofobia na Escola: o discurso indiferente ao aluno diferente**. São Paulo: UNESP, 2011.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. 7ª Ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, M. A. R. **Homofobia e Homossexualidades: Uma análise da prática curricular na Escola Pública Alagoana**. Pesquisa em Educação: Desenvolvimento, ética e responsabilidade social. Alagoas, 2005.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meios a disputas**. Brasília, 2007.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997, 2ª Ed.

LOURO, G.L. **Teoria Queer: uma perspectiva pós-identitária para a Educação**. Revista de Estudos Feministas, 2001.

LUDKE, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas** / Menga Ludke, Marli, E. D. A. André. São Paulo: EPU, 1986.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia*: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Justiça, 2010.

PEREIRA, H. M. **A Homofobia internalizada e os componentes para a saúde numa amostra de homens homossexuais**. (Tese de Mestrado) Lisboa, 2001.

REPROLATINA. Projeto Escola Sem Homofobia: Relatório Final. Brasília, Agosto de 2011.

REPROLATINA. Projeto Escola Sem Homofobia: Relatório Preliminar de Natal – RN. Brasília, Agosto de 2010.

SANTOS, C. *et all*. **Diversidade Sexual na Escola e a homofobia: a capacitação de professores como estratégia de intervenção**. Fazendo Gênero 8 – Corpo, Violência e Poder. Florianópolis: Agosto de 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Revista de Estudos Feministas. vol.9 nº 2 Florianópolis: 460-472, 2001.